

O feminismo marxista de Heleieth Saffioti

Renata Gonçalves*

Resumo:

Remando contra a corrente do pensamento acadêmico dos anos de 1960 no Brasil, Heleieth Saffioti foi pioneira ao analisar a condição da mulher numa perspectiva de classes. Na contramão da maioria dos estudos marxistas, suas pesquisas desnovelam o emaranhado que possibilita ao capitalismo se apropriar das desigualdades entre os sexos para melhor se reproduzir.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti. Trabalho feminino. Feminismo. Marxismo.

*Na verdade, não existe um feminismo autônomo,
desvinculado de uma perspectiva de classe.
Heleieth Saffioti*

Escrever um texto sobre Heleieth Saffioti não é uma tarefa muito simples. Feminista, mas sempre atenta ao antagonismo de classe exacerbado pelo sistema capitalista, não fez coro com o reformismo do movimento feminista pequeno-burguês que se contenta meramente com as conquistas de direitos formais para as mulheres. Pois a solidariedade entre os sexos está subordinada à condição de classe de cada um. Marxista ciosa de seu livre pensar feminista, destacou os limites de algumas análises marxistas no que diz respeito à condição feminina. Feminismo e marxismo ocupam o centro de sua obra que se tornou multidimensional, tanto no que se refere à contribuição teórica que forneceu para ambos como no que diz respeito à grande importância que suas idéias tiveram para a implementação de políticas de combate à violência contra a mulher nos lugares mais longínquos dos grandes centros urbanos.

Não será difícil encontrar ao longo de sua trajetória acadêmica elementos que confirmem esta assertiva. Também não haverá maiores dificuldades em identificar autores e/ou ativistas que explicitam o contrário. O sociólogo francês Alain Touraine, por exemplo, mais especificamente no livro *A palavra e o sangue* – quase

* Profa da Unifesp-BS e profa. colaboradora do mestrado em Ciências Sociais da UEL. Sou grata a Lúcio Flávio de Almeida pelo carinho e pela paciência de ler, reler, sugerir, o que tornou este texto menos incompreensível. As limitações finais são de minha inteira responsabilidade.

End. eletrônico: rengen@terra.com.br

uma bíblia dos intelectuais de uma esquerda em transição para o pós-marxismo –, reconheceu o pioneirismo de Saffioti ao analisar a situação das mulheres como um “efeito” da sociedade de classes, mas afirmou, inadvertidamente, que a influência da autora se restringiu ao plano meramente intelectual (1988: 101).

A obra de Heleieth Saffioti não surgiu pronta e acabada. Tampouco foi um processo linear de desenvolvimento. É possível encontrar duas grandes fases em seus estudos: uma primeira, que vai de meados dos anos 1960 ao final dos 1980 e foi marcada pela análise do trabalho feminino na sociedade capitalista; e uma segunda fase, dedicada aos estudos sobre violência doméstica, momento que se estende do início dos anos 1990 até o final do ano de 2010, quando a autora se foi. Obviamente não é possível encontrar uma muralha da China entre estas duas fases e o que é transversal em seus múltiplos estudos é a análise da imbricação entre as determinações de classe, de gênero e de raça/etnia. O que a conduzirá a lapidar e apresentar nos anos de 1990 a ideia de um **nó** constituído pelas três contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia e classe social (1991, 1997). A sociedade, segundo a autora, se divide em classes sociais, mas também é atravessada por estas outras contradições. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais correndo paralelamente. Ao contrário, estas três contradições entrelaçadas pelo nó sustentam a manutenção do sistema capitalista.

O curto espaço deste artigo não nos permite abordar a totalidade de sua trajetória intelectual e, menos ainda, elencar todos os desdobramentos de suas preocupações teórico-políticas sobre os, hoje, chamados estudos de gênero¹. Neste texto, tentaremos detectar alguns momentos da primeira fase que consideramos fundamentais para o conhecimento científico da condição feminina sob o capitalismo. Datam deste primeiro período suas pesquisas sobre o mito e a realidade da condição feminina nas sociedades de capitalismo avançado, nas subdesenvolvidas (expressão adotada por Heleieth) e também nos países que compunham o bloco soviético. Encontramos igualmente nesta fase suas investigações sobre a perseverança de uma atividade típica de formações pré-capitalistas: o emprego doméstico e sua utilidade para o sistema capitalista. Foi também no início de sua trajetória que viu, quando ninguém dizia que via – a não ser os que espertamente adiam para o socialismo qualquer luta contra a opressão da mulher –, que a emancipação feminina não poderá ocorrer no capitalismo, pois este ou alija ou insere precariamente o contingente de mulheres de acordo com as necessidades que este sistema tem para se reproduzir. Seus primeiros levantamentos empíricos, assim como a densidade de suas formulações teóricas fazem de suas descobertas

¹ Acerca da imensa influência que Heleieth Saffioti exerceu direta ou indiretamente sobre as feministas brasileiras, ver Pompeu (2007).

excelentes pontos de partida para a apreensão da realidade capitalista contemporânea, especialmente no tocante à recomposição do proletariado neste início de século XXI e, no interior deste, às reconfigurações do trabalho feminino.

Da trajetória de vida ao estudo da condição feminina sob o capitalismo

Filha de mãe costureira e de pai pedreiro, Heleieth nasceu sem fortuna, na pequena Ibirá, interior de São Paulo. Começou a trabalhar aos 14 anos de idade e, por volta dos 18, já morando na capital do estado, chegou a ter três empregos simultaneamente: “Pela manhã ia a um emprego; à tarde, a outro; à noite, estudava e, entre as 17 horas, quando deixava o trabalho, e às 19 horas, quando entrava na Escola Normal da Praça, dava aulas particulares” (Mendes e Becker, 2011: 146). Sua trajetória, marcada por inúmeros deslocamentos para morar com parentes que a acolhiam, fez com que atentasse para a própria condição feminina. Por exemplo, o ideário de como uma menina deve se comportar esteve presente quando, “devido” ao adoecimento da tia com quem morava, teve de coabitar com outros parentes: “não ficava bem morar com o marido da tia”. Também em suas memórias encontramos as experiências de falta de liberdade em função do duplo “destino” de classe e de gênero. Aos 13-14 anos, “por ser a sobrinha sem posses, filha da costureira e do pedreiro, fez as vezes de Gata Borralheira responsável pelo serviço doméstico” (Pompeu, 2007: 68). Fazia todo o trabalho da casa, estudava no período noturno e voltava sozinha para casa após a meia noite. Sentiu na pele a agressão ao corpo feminino que, mais tarde se tornaria objeto de suas pesquisas.

Tinha que descer uma ladeira, e quantas não foram as vezes em que a descendo, porque me haviam assediado no ônibus. Uma moça de 14 anos, embora de uniforme, era considerada uma menina sozinha. Então, colocavam a mão na minha perna, simulavam esbarrar em meus seios. Era um “assédio sexual” bastante ameaçador para quem enfrentava, pela primeira vez, a grande cidade. Alguns desses homens chegavam a descer do ônibus e ir atrás de mim (Mendes e Becker, 2011: 144).

Seus estudos sobre a condição feminina propriamente dita iniciaram-se em 1963, quando, já professora do curso de Ciências Sociais da Unesp de Araraquara, realizou uma pesquisa com as professoras primárias e as operárias da indústria têxtil. Naquele momento, havia muito pouco material traduzido disponível sobre o assunto e praticamente nada produzido no Brasil². Entre o final de 1966

² A este respeito, consultar, neste número 27 da revista *Lutas Sociais*, os textos de Branco e Gonçalves (2011).

e início de 1967, em apenas sessenta dias, redigiu o clássico *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade, que deveria ter sido sua tese de doutorado.

O país estava recém-submetido à ditadura militar que duraria 21 longos anos. E Florestan Fernandes, seu orientador, com arguta percepção política, intuiu o endurecimento do regime e as conseqüências para Heleieth Saffioti, uma intelectual do sexo feminino, o que já causava estranhamento, sobretudo para a mentalidade provinciana e conservadora do interior do estado de São Paulo; e ainda considerada comunista, o que certamente não era visto com muito entusiasmo pelos acadêmicos que aderiram ao regime. O mestre sociólogo não teve dúvida: sugeriu, aliás, exigiu que Saffioti transformasse o doutorado em tese de livre-docência (Gonçalves e Branco, 2011: 75).

Deste momento em diante, Heleieth Saffioti se debruçou cada vez mais sobre os chamados estudos da mulher e passou a ser uma referência no assunto, dentro e fora do país (Sorg, 1995: 156). Desde o início, desconfiou das análises que, recorrendo à tradição, justificam desigualdades entre homens e mulheres, entre brancos e negros.

Pesquisar e escrever sobre um tema tão complexo era parte de uma ambição teórica que consistia em examinar como a desigualdade entre os sexos opera na sociedade de classes de forma a alijar grandes contingentes do sexo feminino. No seu primeiro livro, *A mulher na sociedade de classes*, a autora pretendia fazer um estudo comparativo entre sociedades de capitalismo avançado e o Brasil, com capitalismo “subdesenvolvido”, para descobrir como as determinações de sexo se inseriam concretamente no funcionamento destas sociedades. Mas para isso, nos adverte a autora, “é preciso que se parta de formulações teóricas capazes de permitir a apreensão do sentido que os fatos e as totalidades parciais ganham no todo orgânico no qual estão inseridos e do movimento dialético que os anima” (Saffioti, 1969: 19). E, sem deixar dúvida quanto ao seu referencial, enfatiza que a “dialética marxista revela-se, deste ângulo, um método de grande valor heurístico, uma vez que possibilita não somente a realização do teste comprobatório das formulações clássicas, sobretudo de Marx, como também a incorporação crítica, através da dialetização de conceitos, de formulações teóricas originadas em distintas concepções da história” (1969: 19).

O tema estava delimitado. O referencial teórico definido. Faltava a interlocução direta com autore(a)s que dariam suporte para as problematizações. Este era um dos grandes desafios colocados a Heleieth Saffioti. No momento em que *A mulher na sociedade de classes* foi redigido, havia pouquíssima literatura sobre a mulher (Mendes e Becker, 2011: 150). A entrevista que nos foi concedida é significativa do deserto bibliográfico na área:

E o que eu li? O que havia para ler no Brasil? Era um desastre. Havia *Grandes damas do II Império* e coisas assim desse estilo. (...). No Brasil não havia nada de interessante. Eu li *O Segundo Sexo*, da Simone; li um livro da Alva Myrdal e Viola Klein. Estes textos existiam ou em francês ou em inglês, em português nada. *O Segundo Sexo*, sim. Mas o da Alva Myrdal e Viola Klein, não. E o outro de uma francesa que era sobre operárias industriais, era em francês. O nome dela era Evelyne Sullerot. E havia aqueles textos clássicos da Kollontai, que eu não gosto; da Clara Zetkin, que é um pouco melhor, mas a meu ver tem mais ideologia do que ciência (Gonçalves e Branco, 2011: 75).

Também pouco se sabia a respeito da condição da mulher brasileira. Afora pequenos trabalhos descritivos e interessados em aspectos bem restritos do universo feminino, Saffioti encontrou apenas dois trabalhos: um sobre o magistério primário e outro sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo. Como a própria autora observa, o primeiro não examina a relação entre o capitalismo e esta ocupação predominantemente feminina; o segundo se limita a uma cidade. Ambos permanecem num universo empírico restrito e não avançam teoricamente.

A autora percebe que a condição feminina sofrera “o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente” (Saffioti, 1969: 17). Mas por onde começar seus estudos? Com quais autores dialogar? De acordo com Teles (2011), não havia no Brasil um acúmulo teórico sobre os feminismos. Às vezes, chegavam para os grupos de mulheres que se formavam papéis datilografados que continham as idéias das feministas do exterior. Mas eram difíceis a reprodução, a circulação e o debate sobre estes poucos textos.

Além da escassez de teoria e de registros de pesquisas sobre a mulher no país, se constatava a carência bibliográfica acerca de seu referencial teórico. Quase nada havia da obra de Marx publicada no Brasil. Aliás, este não foi um caso exclusivamente brasileiro. Mesmo em países de forte tradição de luta operária, obras importantes do autor alemão percorreram um longo e acidentado caminho antes de se tornarem referências de luta (Hobsbawm, 1983).

No Brasil as condições de acesso ao material teórico produzido por Marx e Engels, e pelos marxistas posteriores, eram bem piores. Talvez pela própria condição de país de capitalismo periférico, sem uma classe operária consolidada e, portanto, com pouca tradição de luta neste campo. É provável que a ausência de marxistas na academia também tenha contribuído para retardar a publicação da obra teórica de Marx. Ironia das ironias, foi no início dos anos de chumbo da ditadura militar, mais precisamente em 1968, que teve lugar a primeira edição

brasileira de *O Capital*, lançada pela editora Civilização Brasileira

Para fundamentar suas análises, leu praticamente tudo que existia da literatura marxista e socialista, desde os “utópicos”. Obras importantes de Engels, como *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, leu em francês. Recorreu à edição mexicana da Fondo de Cultura Económica para consultar duas obras fundamentais para seu estudo: *El Capital* e *História crítica de la teoría de la plusvalía*. Todo o restante da obra de Marx leu em francês, especialmente o vasto acervo publicado pelas Éditions Sociales.

Uma apreensão feminista de formulações marxistas

A própria Heleieth Saffioti afirma que, no início dos anos 1960, sabia muito pouco sobre Marx e o marxismo e teve de se desdobrar para compreender este campo teórico-metodológico (Gonçalves e Branco, 2011). O primeiro resultado publicamente conhecido deste esforço encontra-se no denso livro *A mulher na sociedade de classes*, onde a autora apreende o modo de produção capitalista como “uma configuração concreta de vida e cada tipo estrutural de sociedade capitalista como uma etapa de desenvolvimento da forma contraditória do processo de produção social, que culmina com a realização plena da sociedade capitalista” (Saffioti, 1969: 33-34). Mais tarde, em intenso debate com a corrente althusseriana, a autora é levada a imprimir maior sofisticação às suas formulações sem que abandone posições básicas apresentadas em seu livro maior.

Apesar do alto nível de abstração do conceito de modo de produção, a autora não o entende como um objeto sem vínculos com o real. A referência ao real, para ela, “pode ser detectada, quer predomine na análise a perspectiva teórica, quer prevaleça a ótica histórica” (1976: 2). A apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho, presente nas formações sociais anteriores, é elevada ao máximo no modo de produção capitalista. Os modos de produção historicamente anteriores são integrados à sociedade burguesa. Perdem sua identidade originária sem que deixem de existir. O modo de produção capitalista, portanto, é “entendido como a combinação histórica específica que resulta da autonomização relativa do processo econômico, inaugurando formas inéditas de relações de produção nas quais se acham incorporadas e redefinidas as antigas formas de relação de produção” (Saffioti, 1976: 2). Na formação social capitalista, os modos de produção historicamente anteriores coexistem, mas não como um modo de produção propriamente dito. O que permanece “são certas formas de organização do trabalho, previamente integradas em outros modos de produção” (1976: 3).

É a partir desse entendimento de modo de produção, ou seja, como “uma configuração concreta de vida” (1976:1), que a autora esboça suas formulações

acerca da inserção da mulher na sociedade capitalista, que, aliás, ocorreu em condições bastante adversas. Em seu primeiro livro, já percebeu que no capitalismo, as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano “superestrutural”, uma subvalorização das capacidades femininas; e no estrutural, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção. Recusando o conformismo amplamente divulgado de que são as “debilidades” (físicas e mentais) femininas as obstrutoras do desenvolvimento social (1969: 36), em uma rigorosa análise, afirmou que o modo de produção capitalista potencializa a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo. O sexo, fonte de inferiorização social feminina, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista. Para Saffioti, a “elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social” (1969:35). O capitalismo coloca fortes obstáculos à realização plena da mulher.

Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (1969:30). Isto não significa que estes caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (Saffioti, 1969: 30).

A autora reconhece em Marx as observações minuciosas acerca das péssimas condições de trabalho das mulheres. Marx deplora as condições do trabalho feminino, mas a autora afirma que esta preocupação de Marx se refere fundamentalmente às “conseqüências que a dura existência da mulher trabalhadora encerra para a educação dos filhos, para a autoridade dos pais, para a moralidade da família” (1969: 73). Ele julgava deletério para os filhos e para os pais “a destruição da família sem que uma nova forma de estrutura familiar venha substituí-la” (1969: 73). Todavia, nem Marx nem Engels teriam atentado para as funções que as mulheres desempenham na família e, segundo a autora, por isto não conseguiram solucionar teoricamente o problema feminino. Entre um sistema produtivo e a marginalização feminina encontra-se “a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos” (1969: 79).

Saffioti concorda com o autor de *O Capital* em que o problema da mulher

não é algo isolado da sociedade, e que é decorrência “de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito” (Saffioti, 1969: 75; 2011: 86). Também considera, com Marx e muitos marxistas, que superar a opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo. Todavia, para o fundador do socialismo científico, a libertação da mulher é encarada simplesmente no interior do processo geral de humanização de todo o gênero humano (Saffioti, 1969: 74).

Eis um dos nós do problema! O sexo, uma categoria de ordem natural, encobre o antagonismo de classe. O domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente atrelado à estrutura econômica da sociedade, serve aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. Segundo a autora, “os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua” (1969: 78).

Apesar da tese difundida de que o desenvolvimento do capitalismo proporcionaria um novo tipo de família, livre de preconceitos, que permitiria o trabalho feminino fora do lar, constata-se que “as facilidades da vida moderna” continuam mantendo a mulher trabalhadora presa ao lar (1969:79). É ilusório, segundo a autora, “imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discrimina socialmente” (1969: 82). Suas análises do desenvolvimento do capitalismo, assim como suas investigações sobre as tentativas de construção do socialismo, mostram que “certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem na nova, num descompasso de mudanças que desafia a validade de algumas teorias” (1969: 84). A projeção de que a igualdade na exploração da força de trabalho é o primeiro dos direitos do capital não se realizou em nenhuma sociedade. A força de trabalho é diferenciada em termos de sexo e raça/etnia.

O cruzamento da estrutura de classes com a diferença de sexo perturba o esquema marxista. As classes sociais são atravessadas pelas contradições de gênero e de raça. É certo que entre mulheres e homens da burguesia há uma solidariedade de classe, pois aquelas se beneficiam da apropriação por estes da mais-valia criada pelos trabalhadores homens e mulheres. Porém, na classe trabalhadora, a solidariedade nem sempre é tão nítida. Tanto a mulher proletária, como a dos estratos médios disputam “com os homens de sua mesma posição social os postos que lhe possam garantir sustento” (1969: 86).

O capitalismo não criou a inferiorização social mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa e, portanto, aprofundando

a desigualdade entre os sexos. Segundo Saffioti,

as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (1969: 36).

Neste sentido, a autora avança na contramão de muitos e talentosos marxistas contemporâneos, como Perry Anderson para quem “economicamente, os simples mecanismos do processo de valorização do capital, e expansão da forma-mercadoria são cegos ao sexo”, uma vez que a “lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual” (1984: 105); ou Ellen Wood, que afirma a tendência positiva do capitalismo de solapar identidades, como as de gênero ou raça, “pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica” (2003: 229).

O excesso de abstração de ambos os autores pode reintroduzir no marxismo o que há de mais ideológico no universalismo da ilustração, sem faltar, inclusive, o ingrediente naturalizante das relações sociais. Anderson por negar que se possa abolir a divisão entre os sexos, que é um fato da natureza, ao contrário, da “divisão entre classes, um fato da história” (1984: 106); Wood por desconsiderar a tendência estrutural do capitalismo à desigualdade de raça e de gênero. O nível de abstração destes autores deixa fora de foco a questão de se existem e, no caso de existirem, como se constituem, imbricações de dominação capitalista de classe e relações de gênero. Wood é ainda mais enfática: embora seja “capaz de tirar vantagens do racismo e do sexismo, o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial ou opressão de gênero”. Ao contrário, são eles que “escondem as realidades estruturais do sistema capitalista” e, além disso, “dividem a classe trabalhadora” (2003: 229). Uma inversão do problema? Talvez. É desta forma que grande parte dos teóricos marxistas abordou a questão. Como se correspondesse a uma fragmentação do proletariado extrínseca ao capitalismo.

Ora, o que fragmenta a classe trabalhadora é o sistema capitalista ao, por exemplo, inverter a ordem do problema. O capitalismo não é, nunca foi e dificilmente – para dizer o mínimo – será cego ao sexo (ou à raça/etnia). É nesta exata medida que Saffioti enfatiza que o desenvolvimento do capitalismo não significa melhor condição social para as mulheres.

Uma abordagem marxista de problemáticas feministas

A tese de que o desenvolvimento do capitalismo não representa avanço fundamental nas condições de vida das mulheres também foi na contracorrente das principais tendências do expressivo movimento feminista que ressurgiu no mundo ocidental nos anos de 1960-1970. Um ano após a publicação de *A mulher na sociedade de classes*, Esther Boserup ficou mundialmente conhecida com o livro *Woman's Role In Economic Development*, de 1970. Desde então, os debates sobre mulher e desenvolvimento ganharam destaque. O livro encontrou eco, não apenas entre as feministas, mas também na teoria da modernização que exerceu forte fascínio sobre cientistas sociais americanos e latino-americanos. Boserup argumentava que as mulheres trabalhadoras, sobretudo as camponesas, se encontravam marginalizadas em função de seus baixos rendimentos e propunha políticas de desenvolvimento para reparar este problema. Saffioti, por sua vez, observava a incompatibilidade desta ideia com um projeto de sociedade onde perdura um modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção.

O capitalismo, segundo Saffioti, pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que este sistema ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. Para a autora, neste modo de produção, as características naturais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes (Saffioti, 1969). Neste sentido, não reconhece no feminismo pequeno-burguês, de onde advêm as teorias que atrelam a emancipação feminina ao desenvolvimento econômico, o caminho para a superação da desigualdade de sexo. O feminismo pequeno-burguês, por mais progressista que possa ser, não conseguiu “encarar a questão da igualdade entre os sexos em função de um tipo estrutural negador desta igualdade” (1969: 129).

Dois de seus estudos, um sobre o emprego doméstico (1978) e outro sobre as operárias têxteis (1981), demonstram como o capitalismo se alimenta da preservação tanto da organização arcaica de uma atividade, como é o caso do emprego doméstico, como da apropriação redefinida de atributos femininos na indústria e, neste sentido, impossibilita a igualdade almejada pelo feminismo pequeno-burguês.

O Brasil dos anos 1970 conheceu acelerado processo de industrialização, que impulsionou uma mudança significativa na estrutura de redistribuição do produto social, permitindo o aparecimento de uma classe média com renda elevada e com possibilidade de consumo. As mulheres trabalhadoras não ficaram fora deste processo. Houve, no período, um incremento acentuado da expansão

do trabalho feminino. Todavia, a maior parte (89% !) foi absorvida pelo setor de serviços e com altíssima concentração nos empregos domésticos. Ocupações de baixo prestígio e de remuneração reduzida constituíram o reduto da mão-de-obra feminina. Ocorreu um incremento da procura de bens de consumo duráveis e, ao mesmo tempo, a expansão do consumo de serviços pessoais, sobretudo o doméstico. A grande empresa não foi capaz de absorver toda a força de trabalho disponível e “parcela considerável desta mão-de-obra [passou] a constituir-se como trabalhadores autônomos” (Saffioti, 1978: 15). Neste processo, a mulher foi o elemento menos favorecido. Segundo a autora,

a modernização da economia, estando presentes fatores como alta concentração da renda nacional, baixo grau de escolarização das camadas mais pobres, industrialização intensiva de capital, não apenas não traz benefícios materiais às mulheres, como também impele-as a aceitar, a fim de sobreviver, o desempenho de atividades mal remuneradas e pouco ou nada prestigiadas do ponto de vista social, sobretudo no chamado baixo terciário (1978: 17-18).

O trabalho da empregada doméstica não pode ser considerado como trabalho produtivo. Embora haja um contrato que regule a venda de sua força de trabalho a uma unidade familiar, não produz mercadoria para ser trocada no mercado. Aquilo que é produzido pela empregada doméstica é para o consumo imediato da família empregadora. No entanto, “as atividades domésticas contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – absolutamente imprescindível à reprodução do capital” (1978: 196). Esta contribuição cria condições para a reprodução do sistema capitalista. São as empregadas domésticas que frequentemente substituem na residência “a dona-de-casa, determinada como trabalhadora do sistema capitalista”. Assim, a exploração da empregada doméstica é mediada pela exploração típica do modo de produção capitalista. Apesar de sua exploração não se enraizar na produção de mais valia, como é o caso dos trabalhadores produtivos do setor capitalista da economia, ela serve ao capitalismo e se integra a este na medida em que cria as condições para a sua reprodução.

Suas pesquisas sobre as operárias têxteis revelam que, mesmo neste ramo que tradicionalmente absorveu grande contingente de mulheres, a supremacia feminina não resistiu à modernização capitalista brasileira, com alto grau de incremento tecnológico. A tecnologia poupou mão-de-obra e, ao fazê-lo, impulsionou a de expansão da mão-de-obra feminina. Em geral, as mulheres trabalhadoras foram empurradas para as “ocupações desenvolvidas a domicílio ou nas funções sub-privilegiadas do baixo terciário”. Ficaram à margem dos benefícios sociais prometidos pelo desenvolvimento capitalista e engrossaram os bolsões das atividades mais precarizadas como “costureiras, bordadeiras, serzideiras, trico-

teiras, crocheteiras, para nada dizer sobre as demais ocupações desempenhadas em caráter autônomo, e de empregadas domésticas que, somadas, atingiam, em 1970, mais de 50% da PEA feminina” (1981: 29).

Hoje, cinquenta e poucos anos depois, algumas feministas criticam a tese inicial de Saffioti: a de que o capitalismo alija trabalho feminino. De fato, se observarmos os dados do relatório da Organização Internacional do Trabalho, de 2008, constataremos que o número de mulheres que trabalham aumentou e muito: quase 200 milhões ao longo do último decênio, atingindo 1,2 bilhão, em 2007, contra 1,8 bilhão de homens. Todavia, a análise deste processo requer a superação de um enfoque meramente quantitativo. O aumento da participação feminina no chamado mercado de trabalho não se deu igualmente em todos os setores, em geral, cresceu para as atividades mais precárias dentro do sistema capitalista.

Neste sentido, impressiona a atualidade das análises feitas por Heleieth Saffioti. Como previu, o capitalismo se renovou e se expandiu sem que houvesse um avanço qualitativo rumo à emancipação feminina. As mulheres continuam duplamente aprisionadas. Em um sentido, são aprisionadas face à verdadeira deterioração de suas condições de trabalho. Em outro, o aprisionamento advém da falta de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica. A opressão das mulheres continua sendo para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. Como observamos em outro artigo (Gonçalves, 2001), a dominação capitalista de classe se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças” que reforçam desigualdades, inclusive de gênero.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry (1984). *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- BOSERUP, Esther (1970). *Woman's Role In Economic Development*. New York: St Martin's Press.
- GONÇALVES, Renata e BRANCO, Carolina (2011). Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, n. 27, São Paulo.
- GONÇALVES, Renata (2001). Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. *Lutas Sociais*, n. 9/10, São Paulo.
- HOBBSAWM, Eric (1983). *História do Marxismo: o Marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1.

- MENDES, Juliana e BECKER, Simone (2011). Entrevista com Heleieth Saffioti. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, Florianópolis.
- POMPEU, Fernanda (2007). Heleieth Saffioti. In: CHARF, Clara (org.). *Brasileiras – Guerreiras da Paz*. São Paulo: Contexto.
- SORG, Bila (1995). O feminismo adentra a academia. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro.
- TELES, Maria Amélia de Almeida (2011). Heleieth, a ousadia do livre pensar feminista! *Caros Amigos*, Edição especial. São Paulo. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/1297-heleieth-a-ousadia-do-livre-pensar-feminista->>. Acesso em 15 de julho de 2011.
- TOURAINÉ, Alain (1988). *La parole et le sang*. Paris: Odile Jacob.
- SAFFIOTI, Heleieth (2011). A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas Sociais*, n. 27, São Paulo.
- _____ (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, n. 2, São Paulo.
- _____ (1991). Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de (org.). *Mulher em seis tempos*. Araraquara: Unesp.
- _____ (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1976). A mulher sob o modo de produção capitalista. *Contexto*, n. 1, São Paulo.
- _____ (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes.
- WOOD, Ellen (2003). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.